ACTA № 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com o seguinte ordem de trabalhos:	
7. Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal a ampliação da área do pedreira n.º 5700 denominada de "Cabeça Gorda n.º6", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Alfilpedra, Sociedade de Extracção e Transformação de Pedra, Lda.;	
por João Manuel da Silva Bernardes;	
Antes de se dar inicio à sessão desta Assembleia Municipal, teve lugar uma cerimónia de descerramento de uma placa evocativa do Dr. Licínio Moreira da Silva, que foi Presidente desta Assembleia Municipal durante cerca de trinta anos, tendo sido atribuído o seu nome ao Salão Nobre deste Município. Para o acto, foi convidada a família de Licínio Moreira da Silva que assistiu o parte desta sessão. Após a cerimónia, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra nos termos que a seguir se transcrevem:	
Relembro aqui as divergências surgidas com a localização da casa do Padre na freguesic das Pedreiras em que defendemos ideias diferentes, e, onde, mais tarde o Dr. Licínio reconheceu com aquela simplicidade que lhe era reconhecida que não teria defendido a melhor opção. É nestas atitudes que os homens se distinguem. É com este tipo de atitudes que os grandes homens	
surpreendem os outros	

nome do Dr. Licínio Moreira da Silva, é evitar que memórias acumuladas, esfumadas na névoa da distância desapareçam e garantir sempre que aqui entrarmos saibamos que por aqui passou um homem que, com todo o respeito por todos os outros senhores Presidentes de Assembleia Municipal que por aqui passaram, impôs naturalmente disciplina no cumprimento de regras, que com firmeza, sempre mostrou bom senso, justiça e respeito por todos, independentemente da cor partidária representada, que com tolerância e respeito pelos outros, soube construir a sua imagem de integridade, honestidade e dignidade
Relembrar hoje aqui Dr. Licínio Moreira é relembrar o Homem, o Professor, o Presidente da Câmara do antes e do depois do 25 de Abril, o Presidente da Assembleia Municipal, o Deputado, o Membro do Conselho da Europa, o membro da união da Europa Ocidental, o advogado, o escritor, o herói militar de Goa, o homem que acima de tudo, amava a terra que adoptou como sua e onde o trabalho prestado a favor de várias associações culturais, humanitárias, recreativas perpetuará para sempre, esta grande figura Portomosense
Como alguém já disse, somos caminhantes no tempo e queremos pensar de novo nos valores de sempre. O Dr. Licínio Moreira da Silva, será um valor de sempreUma palavra de amizade e de agradecimento pela presença da família e por terem sabido acompanhar nos bons e maus momentos o Dr. Licínio Moreira da Silva."
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra aos membros da família para proferirem algumas palavras, tendo esposa do Dr. Licínio Moreira da Silva, Dra Maria Alice Moreira da Silva, usado dela:
"Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Vereação presente, senhores deputados municipais, amigos, como os considero a todos, e como o Licínio os considerava. Eu só quero partilhar convosco, duas ideias contraditórias, duas memórias contraditórias que estão na minha alma. Uma de satisfação, por ver que foi reconhecido o valor daquele homem que não sendo portomosense, mas adoptando esta terra como sua, conseguiu realizar obras como um portomosense. Depois outra ideia, de tristeza. De tristeza por ele não estar presente entre nós. Mas presente só fisicamente porque ele continuará na memória de todos nós, especialmente nós família, mas também dos amigos. E por ultimo, eu queria agradecer em especial ao arquitecto João Neto, porque a ele se deve a iniciativa desta obra, chamemos-lhe assim. E também agradecer a quem aprovou e a quem mandou executar. Muito obrigada a todos."
1 - ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CHAMADA:
Faltaram à sessão, os seguintes membros: António da Conceição Ferraria (CDU – Falta Injustificada); Olga Cristina Fino Silvestre (PSD – Falta Justificada); António Pereira Carvalho (PS – Falta Injustificada); Rita Isabel da Silva Pereira (PS – Falta Justificada);
Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Anabela Martins e Rita Cerejo, e a Chefe de Divisão Neuza Morins
A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro
O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:
O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde c última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível parc os membros que desejarem a sua consulta
Referiu ainda que recebeu da deputada Ana Narciso uma carta, não oficial, a denunciar alguns problemas que haveria com a escola do Tojal, tendo-lhe respondido que deveria contactar a Comissão para a Educação que aqui foi criada e relatar esses problemas à senhora Vereadoro da Educação no sentido puderem corrigir alguma situação mais urgente que eventualmente surja por entender que essa Comissão deve servir para fazer um acompanhamento dos assuntos com relevância para a educação neste concelho
Fez depois referencia ao requerimento que esta deputada lhe apresentou e em que abordo dois assuntos, destinando-se ao senhor Presidente da Câmara, e solicitando o seguinte esclarecimento: "o pavilhão municipal, usado por alunos, professores e outros munícipes apresento um elevado estado de degradação. Queira V. Exª. diligenciar no sentido de averiguar o que penso o executivo camarário fazer para contrariar esta situação" anexando quatro fotos que também foram remetidas
No segundo ponto, a deputada solicita a melhor atenção para a seguinte proposta, no sentido de melhorar a condução dos trabalhos da Assembleia: 1. Criar um mail oficial do Presidência da Assembleia que fosse distinto do mail pessoal do cidadão Mário Pragosa; 2. Criar um mail da Assembleia Municipal, onde todos os deputados pudessem receber e enviar mensagens dos munícipes que ali representam
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou, dizendo que o senhor Presidente da Câmara respondeu aos dois requerimentos que lhe foram enviados pela Assembleia Municipal. Disse depois que a este ultimo requerimento ele próprio responderá, pois já em Março, os serviços informáticos da Câmara criaram um e-mail para a Assembleia Municipal. Esclareceu que se algum munícipe quiser dirigir um e-mail a um deputado municipal, poderá fazê-lo através deste e que será de imediato reencaminhado através do secretariado da Assembleia para aquele deputado. Acrescentou ainda que será possível os serviços informáticos criarem um e-mail pessoal para cada um dos deputados, mas isso seria mais confuso uma vez que existe o e-mail da Assembleia Municipal.
Passou depois a ler a resposta do senhor Presidente da Câmara à deputada Ana Narcisca acerca do estado de degradação do pavilhão gimnodesportivo, em que aquele refere que "1. Esta infra-estrutura desportiva tem vindo a ser objecto de várias intervenções por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, reparação do pavimento do recinto de jogo; substituição de portas degradadas; substituição de todas as bases de chuveiro (cerca de 30); reparação das canalizações de águas e esgotos, reparação do sistema de iluminação, destacando-se o grande investimento realizado com a remodelação do sistema de aquecimento; 2º Estamos conscientes do necessidade de alargar esta intervenção no sentido de evitar alguma degradação bem visíve evidenciada nas fotografias enviadas. A mesma é provocada essencialmente por infiltrações de água provenientes do mau estado das caleiras existentes; 3. A pintura exterior só poderá ser feita depois de corrigidas as anomalias decorrentes das atrás referidas infiltrações bem como de alguns rebocos degradados. Contudo, convém informar que esta Câmara Municipal, tem vindo a fazer obras de conservação no pavilhão e espaço envolvente, sendo que algumas destas não são do responsabilidade do município"
Passou depois a referir duas comunicações do ex vereador da Câmara Municipal, Ru Augusto Marques Pereira Neves em que o mesmo pediu a suspensão do mandato para que havic

sido eleito, pelo período de 365 dias, com efeitos a 1 de Julho de 2010, atendendo ao facto de ter sido eleito Director do Agrupamento das Escolas de Porto de Mós e de o seu exercício suscitar questões de incompatibilidade entre os dois cargos. Na segunda comunicação, referiu que os efeitos da suspensão do mandato se deverão produzir a partir de 17 de Junho, atendendo ao facto de a sua tomada de posse como Director do Agrupamento das Escolas de Porto de Mós ter sido antecipada para essa data
3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:
Foi posta a discussão a acta da sessão anterior. Não havendo pedidos de intervenção, foi a mesma posta a votação, tendo sido <i>aprovada por unanimidade</i>
O senhor Presidente da Assembleia disse que se o vereador tomasse posse agora, possibilitava que no Período de Antes da Ordem do Dia alguém se pronunciasse sobre esse facto. Esclareceu que o que é formal é a discussão agora do Período de Antes da Ordem do Dia e depois a posse do vereador, mas para facilitar a quem quisesse intervir neste período e fazer alguma referencia a este assunto, podia-se antecipar este ponto da ordem de trabalhos, se a Assembleia assim o entender
<i>António Pires</i> reafirmou a sua posição e o senhor Presidente da Assembleia deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia
PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Exm ^o Senhor Presidente da A. Municipal;
Exm ^o Senhor Presidente da Câmara Municipal;
Senhores Vereadores;
Minhas Senhoras e meus Senhores:
O acto a que acabámos de assistir neste Salão Nobre, não passou da materialização, por parte do Executivo Camarário, de uma deliberação unânime da Assembleia Municipal de 18/09/2010, proposta pelo munícipe João Neto
É com orgulho e satisfação que a bancada do PSD vê o nome do Dr. Licínio Moreira da Silva, llustre Deputado Municipal da sua bancada que durante anos aqui exerceu as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, associado ao Salão Nobre do Município de Porto de Mós, perpetuando neste espaço a figura de um portomosense, por adopção, que muito fez pelo poder autárquico na nossa terra

Como Presidente da Assembleia Municipal, Órgão Autárquico a que presidiu até à Sua morte, sempre soube impor o respeito e soube respeitar, de igual forma, todos os deputados municipais, independentemente da força política que representassem, não se preocupando com protagonismos
lsenção, rigor e o respeito foram a imagem que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Licínio Moreira da Silva, transmitiu a todos quantos, durante todos estes anos, passaram por este Órgão autárquico. Esta Sua forma de ser e estar, fizeram com que fosse respeitado por todos
Não há insubstituíveis, mas quantos de nós não nos lembrámos já da falta do Dr. Licínio no lugar que foi seu durante tantos anos?
Por tudo isto e muito mais, foi de toda a justiça o acto a que acabámos de assistir
Obrigado Dr. Licínio
Continuando depois, disse que queria chamar a atenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal para a fase dos trabalhos da Assembleia onde o publico pode intervir. Fez menção ao facto de na ultima Assembleia ter havido publico que pretendia usar da palavra tendolhe a mesma sido vedada em conformidade com o que dispõe o Regimento, e sendo remetidos para o Período de Intervenção do Publico que acontece no final dos trabalhos da Assembleia. Ora isso, disse, implica que o publico presente, que quiser intervir apenas o poderá fazer no final dos trabalhos, sendo obrigado a permanecer na sala durante longas horas, pedindo ao senhor Presidente da Assembleia que se arranje uma solução para essa situação
Disse ainda que também pretendia dar conta das deliberações da CIMPL, mas que como o senhor Presidente da Assembleia Municipal, já leu as cartas no período da correspondência recebida, não se justifica
Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós;
guerra perdida". De facto magistral esta descrição de José Saramago, acerca dos jornaleiros SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 2010 87

que marcaram a História de Portugal, durante o século XIX e XX, como também a história serrana de Porto de Mós. Neste sentido, José Saramago representa um esforço tenaz; como lição de vida e de cidadania que nos honra a todos enquanto Portugueses e Portomosenses, pela inovação, pela divulgação da nossa literatura e cultura que fica imortalizada na sua obra
Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Porto de Mós. (assinaturas)
Fez depois a entrega da proposta à Mesa da Assembleia Municipal, que foi recebida pelo senhor Presidente que disse que a poria a discussão e votação no final das intervenções
Disse ainda da satisfação da bancada do Partido Socialista e do alcance social, cultural, económica e até político, da assinatura dos contratos que irão permitir as obras na Capela de S. Jorge e por ultimo o términus da classificação definitiva do campo de batalha de Aljubarrota, como monumento nacional. Neste sentido disse querer alertar a Câmara Municipal e a própria Comissão de Acompanhamento deste processo, mais uma vez pelos exageros cometidos, em relação às obras particulares na zona de acompanhamento arqueológico do campo de batalha, que chega quase até à rotunda de S. Jorge
Deu conta depois da importância do simpósio internacional da pedra a realizar em Arrimal, no sentido de potencializar mais uma vez a economia serrana, neste caso através da extracção e transformação da pedra. Considerou depois muito importante o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que já foi publicado, pedindo que a Câmara o distribuísse pelos deputados municipais na próxima sessão para que se pudesse ter uma opinião mais abalizada sobre esta questão tão importante para o concelho de Porto de Mós. Fez ainda menção ao simpósio sobre o turismo, desporto e natureza realizado em Porto de Mós, e que foi muito importante para potencializar a economia não só de Porto de Mós como da região
Expressou depois um voto de congratulação relativamente à eleição do Ex-Vereador Rui Neves para o cargo de Director do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, desejando-lhe os maiores sucessos e êxitos, para bem do ensino deste concelho, da educação dos nossos jovens e as maiores felicidades para ele e para a sua equipa
Referiu-se depois a uma das belezas existentes no Alqueidão da Serra - a Lapa - e que devido aos camiões que por ali passam, ameaça ruína.
Disse depois que tinha outro ponto de que queria falar, e que iria fazê-lo na mesma, apesar das circunstâncias, disse referindo-se ao novo vereador ainda não empossado Fernando Monteiro:

consigo ser. Neste momento, só posso desejar-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas novas funções em todo o concelho de Porto de Mós, acrescentando que pode, como pode até hoje, contar com a minha total disponibilidade enquanto Presidente de Junta e acima de tudo, enquanto Rui Marto. Não posso ainda deixar de lhe dizer, que me parece estar a encarnar a maioria do sentimento dos alqueidoenses, se lhe disser que todos depositamos elevadas esperanças no seu trabalho, para que não esqueça a terra que o acolheu e acima de tudo, fazerlhe um apelo para que nos dê uma mãozinha no sentido de resolver de uma vez por todas alguns problemas que, de há tanto tempo estarem por resolver, nos faz sentir mal só de os enumerar. A saber: reforço do abastecimento de água ao Alqueidão da Serra, a partir de Castelo de Bode e abastecimento ao Covão de Oles, conclusão da obras do polidesportivo no campo da Chã, que apesar dos avultados valores que recebeu de Fundos Comunitários, nunca foi acabada, tornandose motivo de chacota, aquilo que foi o aproveitamento de um espaço com elevado sentido histórico do pós 25 de Abril no Alqueidão; conclusão das obras de remodelação da escola primária, iniciadas à cerca de cinco anos; conclusão do saneamento básico da Rua da Chã que drena não se sabe muito bem para onde, mas cuja obra nunca foi concluída; dotação do aquecimento da escola pré-primária do Alqueidão que vem sendo adiado ano após ano; colocação de uma câmara aderente na estrada de ligação Alqueidão-limite da freguesia, no Covão da Carvalha. Só depois destes assuntos arrumados, é que podemos pensar em novos projectos, senão é andarmos sempre a empurrar o lixo para debaixo do tapete. Fernando, bom trabalho e a sorte virá por inerência."------

-----Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD): Disse que hoje queria falar de uma área de desenvolvimento, que é a do saneamento sendo de grande importância no nosso concelho. A cobertura no concelho andará por volta de 40% para os que estão ligados, podendo chegar eventualmente a 55/60% se contarmos também com os ramais que estão efectuados e não ligados. Assim disse haver dois problemas e que são a rede que existe não estar ligada às casas, sendo essencial que essa ligação seja realizada, dizendo achar que isso não está a ser feito com a veemência que se impõe. No que se refere à parte que não está executada, disse ser mais complicado, porque a Câmara não tem um planeamento pensado para a totalidade ou para conseguir atingir esse desiderato, sendo essencial que o faça para pensar recursos. Disse depois que é frontalmente contra a privatização das águas principalmente se for para ocultar erros que se têm cometido a este nível, por falta de coragem para empreender esse tipo de obras. Terminou dizendo que o que quer é que o senhor Presidente lhe diga, que tempo e meios tem para se poderem executar os ramais necessários.----inscrito, prescindiu do uso da palavra. -------------Ana Maria Martins Narciso (PSD): Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que este tinha uma tarefa espinhosa, pois lhe cabia a si honrar a memória do seu antecessor, Dr. Licínio Moreira da Silva,----------Disse ainda que queria reforçar a questão dos *mails*, achando que seria de repensar, uma vez que é possível, podendo todos os deputados, ter a sua caixa de correio própria. Disse depois que gostaria que o site da Câmara fosse mais enriquecido no que se refere à actividade da Assembleia Municipal, que merece mais destaque.----------Referiu-se depois ao Seminário sobre o Turismo e a Natureza, dizendo ter gostado especialmente das palavras que ali foram ditas, e que a relevância das comunicações merecem uma publicação do que foi ali dito,-----------Pediu depois esclarecimentos, acerca da 2ª comunicação que foi enviada pelo ex vereador Rui Neves, alterando a data dos efeitos da suspensão do seu mandato, tendo o senhor Presidente da Assembleia esclarecido que dado que a posse como Director do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, foi antecipada para 17 de Junho, contrariamente ao inicialmente previsto, pedindo a suspensão do mandato por 365 dias.-----

Ana Narciso, disse então querer pedir um esclarecimento ao ainda vereador Rui Neves, uma vez que deu posse ao senhor Director, numa sala cheia de esperança por esse mandato do senhor Director, tendo ficado espantada depois por ver uma suspensão por 365 dias, merecendo todos uma explicação. Disse depois que o senhor Vereador Rui Neves, no dia 17 de Junho apresenta a suspensão do seu cargo por 365 dias e na tarde do mesmo dia compromete-se para um projecto de quatro anos, perguntando qual é o compromisso que vale nesta matéria, pedindo ao senhor Presidente da Assembleia que dentro dos seus poderes chame o senhor Vereador para explicar este facto a esta Assembleia
O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que neste momento, o Dr. Rui Neves já não é vereador mas sim publico, pelo que apenas poderá falar no final da sessão, podendo no entanto o senhor Presidente da Câmara proceder a esse esclarecimento
O senhor Presidente da Assembleia, referiu ainda que no dia 6 de Agosto, terá lugar pelas 15 horas, uma Conferencia alusiva aos 625 anos da Batalha de Aljubarrota, sendo promovida pela Assembleia e apoiada pela Câmara Municipal
Disse ainda que a Assembleia Municipal irá ainda promover uma outra comemoração que será a do Centenário da Republica e que será em princípio no dia 3 de Outubro, às 17 horas. Referiu ainda a participação do Prof. Adelino Maltez, e do Prof. Costa Pinto, como conferencistas
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou, referindo-se ao acto que aqui teve lugar antes do início desta sessão, dizendo que o sentimento que melhor caracteriza o ser humano é a gratidão, dizendo que o que se fez aqui hoje, não foi mais do que expressar a gratidão por um homem que marcou transversalmente a vida desta terra durante quase 40 anos, que sempre respeitou e se fez respeitar por toda a gente e do qual se guarda uma grata recordação. Disse ainda que quando aceitou ser candidato à Assembleia Municipal pensou muito nele e que o que faz aqui é tentar ser digno de ocupar uma cadeira que ele ocupou, tentando seguir o seu exemplo.
Colocou depois a votação a presente proposta já alterada, tendo a mesma sido <i>aprovada</i> por unanimidade.

Passou a responder aos anteriores intervenientes o senhor Presidente da Câmara, dizendo que depois de todas as intervenções que aqui foram feitas relativamente à vida e obras do Dr. Licínio Moreira da Silva, disse acreditar que todos estão de acordo, dizendo ainda que de todos os presentes terá sido dos que mais terá privado com esta personalidade
No que refere às obras na capela de S. Jorge, disse que foi assinado com a presença do senhor Secretário de Estado esta semana um protocolo que envolve a Direcção Regional de Cultura do Centro e a Fundação da Batalha de Aljubarrota no sentido de reabilitar aquele imóvel de tão grande interesse histórico para este país. Acrescentou ainda que foi compromisso do senhor Secretário de Estado, que a Capela, depois de reabilitada ficasse aberta ao publico para efeitos de culto
O simpósio que aqui foi referido conta-se entre um dos grandes eventos deste ano de 2010, contando com a iniciativa da Junta de Freguesia e os outros elementos organizativos, estando a Câmara também com ele neste grande evento, tão importante para Porto de Mós, em termos de economia, apoiando a Câmara esta iniciativa que só tem de louvar
No que se refere ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, disse não conhecer a versão final uma vez que não foi ainda publicado, estando prevista a sua publicação para finais do mês de Julho e manifestando a sua curiosidade acerca do que lá está vertido uma vez que se houve alguém que tivesse dado contributos para a sua melhoria, foi o município de Porto de Mós
Quanto a <i>Carlos Venda</i> , respondeu no que se refere ao saneamento que foram ligadas muitas casas no concelho que não estavam ligadas passando a enumerar algumas dessas situações. Acrescentou ainda que foi no anterior mandato que foram feitas uma grande parte das condutas de saneamento, rede em alta, às zonas serranas. Referiu-se depois a algumas parcerias que eventualmente poderão vir a ser feitas nas áreas do saneamento e das águas, afastando no entanto a figura da privatização. Passou depois a fazer uma breve resenha sobre o assunto

Escolas de Porto de Mós, dizendo que este quando escreveu a primeira carta a suspender o mandato de vereador não sabia ainda quando seria empossado desse cargo, prevendo que serio no inicio de Julho. Referiu ainda que quando aquele pediu a suspensão por 365 dias, estaria no mente do senhor Vereador na altura, a hipótese da fusão entre o Agrupamento de Escolas de Miro de Aire e o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós que existia, e que se assim acontecesse, ele nem sequer tomaria posse. Acrescentou ainda que a partir dessa data, o Dr. Rui Neves deixou de exercer funções a tempo inteiro
No que se refere aos projectos a que deseje ter acesso, disse que a Câmara tem as portas e gabinetes abertos para a sua consulta sempre que o desejar
No que se refere ao pólo escolar da Cruz da Légua, disse que não sabe se é pólo ou se é centro escolar. O que sabe é que se trata de uma ampliação e é essa obra que vai ser feita de acordo com um projecto e com directivas que constam da Carta Educativa que foi aprovado nesta Assembleia Municipal
Referiu-se ainda à recuperação da Central Termoeléctrica, dizendo que está a ser feito um projecto que respeita a vontade da maioria do executivo, pois foi para isso que foi eleito, havendo fundos comunitários afectos à sua execução
Respondendo a António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras) , disse que essa também é sua preocupação tendo já reunido com a Comissão de Festas da Capela da Cruz da Légua que lhe pediu para deixar aquela estrada transitável, tendo-lhe dita que não face aos riscos que a situação do muro oferece. Referiu ainda que a intervenção nesse muro está prevista para o verão
PERIODO DA ORDEM DO DIA:
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a chamar o senhor Fernando Manue de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de vereador pelo período da suspensão pedida pelo Dr. Rui Neves
de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de
de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de vereador pelo período da suspensão pedida pelo Dr. Rui NevesLuis Carlos Vieira Monteiro (PSD), pediu a palavra para fazer uma observação acerca do pedido de suspensão de mandato do Dr. Rui Neves e do hiato de tempo que separa as duas comunicações que foram feitas, recomendando que a Câmara ratifique a segunda que foi dirigida ao senhor Presidente da Câmara Municipal ou seja, a que requer a antecipação dos efeitos do
de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de vereador pelo período da suspensão pedida pelo Dr. Rui Neves
de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de vereador pelo período da suspensão pedida pelo Dr. Rui Neves
de Carvalho Oliveira Monteiro a fim de verificar a sua legitimidade para assumir o cargo de vereador pelo período da suspensão pedida pelo Dr. Rui Neves

não acreditando que ele não vá cumprir os quatro anos do novo projecto que está a abarcar, mas pensa sim que ele não quis desvincular-se totalmente em termos políticos, desta questão, o que pessoalmente acha muito bem
2. Contratação de empréstimo bancário de longo prazo no montante de €1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil euros), destinado ao financiamento de obras inscritas no PPI;
Continuou dizendo que outra coisa a ter em consideração era a capacidade de endividamento disponível da Câmara, dizendo que foram respeitados todos os parâmetros legais, conforme documentos que foram enviados aos senhores deputados
Finalizando, disse que este empréstimo não é mais do que a consequência de compromissos já assumidos por todos, ou seja o empréstimo por si mesmo não constitui endividamento, ele decorre de compromissos de endividamento já assumidos por todos. O que ele vem fazer é responder em tempo a compromissos já assumidos com obras e sobretudo, transformar divida de curto prazo em divida de longo prazo

nas palavras do senhor Vice-Presidente "compromissos assumidos por todos nós", e para não ter que ouvir novamente estas palavras diz que vai votar contra este empréstimo, não pelo empréstimo em si, mas pelo seu prazo. Continuou ainda dizendo que o senhor Vice-Presidente fez questão de fazer menção às noticias que saíram nos jornais sobre o prazo pagamento da Câmara de Porto de Mós a fornecedores congratulando-se com esse facto, acrescentando que esses prazos já estiveram em muito menos tempo, estando a disparar outra vez. Disse ainda, que ouvindo alguns comentários parecerá que as contas da Câmara só agora estariam no caminho certo, passando a referir cinco elementos: a divida de curto, médio e longo prazo, em relação ao activo da Câmara, pesava em 2004, 14%; em 2005 18%; em 2006, 13%; em 2007 11%; em 2008 17% e em 2009 19%. Concluiu dizendo que não está a afirmar que está mal agora, mas o que parece é que não estava tão mal para trás.
Passou depois a referir-se ao anterior empréstimo do qual ainda não foi utilizado um milhão e trezentos e cinquenta mil euros. Na altura, disse, o senhor Vice-Presidente veio aqui dizer, como agora, que, sem se saber donde vem o dinheiro não há obra. Disse que se arrependeu logo a seguir do cheque em branco que foi passado à Câmara, não caindo agora no mesmo erro. Continuou que nos estamos a esquecer, ouvindo o que disse o senhor Vice-Presidente, de que sendo o saneamento um problema muito importante para o concelho, há que ter em conta que venham as comparticipações donde vierem, o Munícipio terá que ter uma participação também muito alta, atendendo aos altos valores que estão em causa
Passou a responder o senhor Vice-Presidente, dizendo que falou em compromissos assumidos e que é disso mesmo que se trata porque foi aprovado aqui o Orçamento e o Plano de Actividades para o ano de 2010 referindo ainda que o anterior interveniente quando diz que vai votar contra este empréstimo revela falta de coerência, repetindo que o empréstimo em si mesmo não aumenta o endividamento do Munícipio. Com a aprovação do orçamento assumiram-se compromissos, no sentido da realização de determinadas obras que o empréstimo virá a financiar e que serão as que estão acima elencadas, e sem cuja aprovação não terá este município condições para as financiar por si só.
Referindo-se depois ao prazo de 20 anos pelo qual o empréstimo será contraído, disse que os prazos são sempre em função da vida útil em que é aplicado o dinheiro. Aqui tratam-se de infraestruturas básicas que tem vida útil na casa dos 50 anos
Não havendo mais pedidos de intervenção, foi este ponto da Ordem de Trabalhos posto a votação, tendo sido <i>aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor, seis votos contra e sete abstenções.</i>
3. Modificações Orçamentais – 1.º revisão às Grandes Opções do Plano 2010;
Referindo-se à 1º revisão às Grande Opções do Plano, passou a referir as razões pelas quais esta se tornou necessária, nomeadamente, a aquisição de terrenos junto da helipista de Alcaria, necessidade de estar em Plano a rede de bibliotecas escolares, a aquisição de um terreno na zona dos Colos junto do terreno que a Câmara irá ceder à Misericórdia para a construção de uma unidade de cuidados continuados e ainda a aquisição de uma viatura para a área das águas e a alteração de uma conduta de saneamento junto da ponte de Rio Alcaide que necessita de ser alterada para que se realize o alargamento daquela ponte, por imposição da EP – Estradas de Portugal. Continuou ainda referindo que uma outra razão para a necessidade desta revisão decorre da Lei e trata-se da absorção do saldo orçamental da Conta de Gerência do ano passado.

Quanto a esta revisão orçamental é necessária atendendo à aplicação dos resultados da Conta de Gerência, disse não ter nada contra
O senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Artur Vieira que tem que haver algum equilíbrio e esse dinheiro que foi retirado dessa verba já foi compensado com a aquisição da casa em Mira de Aire pela Câmara Municipal. Isto não quer dizer que o alcatroamento que está em causa, e que é junto à EB2 de Mira de Aire, não se venha a fazer a curto prazo
Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade .
4. Modificações Orçamentais – 1.ª revisão ao Orçamento de 2010;
O senhor Vice Presidente, de posse da palavra, disse que pouco mais tem a acrescentar a que foi dito no ponto acima, e que se tratam apenas de pequenos ajustamentos, sem relevância
Ana Maria Martins Narciso (PSD): Usando da palavra, disse que ouvido ao longo das várias sessões apelar ao rigor, à ética, transparência, nos actos e nos compromissos. Continuou dizendo que o senhor Presidente da Câmara não foi rigoroso no pedido de suspensão do ex – vereador Rui Neves
Perguntou depois qual a razão do reforço em cinco mil euros da verba que está destinada à Direcção Regional de Educação e a que se destina
Voltou ainda a referir que nos documentos que possui, efectivamente constam diversas nomenclaturas para designar a mesma coisa, tais como pólo escolar, centro escolar, ampliação, dizendo que irá ter oportunidade de perceber as diferenças entre elas com a consulta dos projectos que irá fazer
O Senhor Presidente da Câmara passou depois a responder à anterior interveniente, dizendo que esta terá oportunidade de questionar o senhor ex-vereador no período destinado ao público. Quanto às diferentes nomenclaturas citadas, disse que para si era a ampliação da escola da Cruz da Légua sendo ponto de honra
No que se refere à questão do reforço da verba da DREC o senhor Presidente da Câmara pediu à Drª Neuza Morins, Chefe de Divisão de Economia e Finanças desta Câmara Municipal, que esclarecesse, dizendo esta que esta verba se destina a despesas com pessoal não docente, afecto às escolas do concelho, sendo este reforço de cinco mil euros, destinado a fundos bibliográficos para as bibliotecas das escolas
Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos colocado a votação, sendo <i>aprovado por unanimidade</i> .
5. Prorrogação do prazo das medidas preventivas da Vila de Mira de Aire;
das medidas preventivas nas Vila de Mira de Aire que foram estabelecidas aquando da suspensão parcial do Plano Director Municipal com vista à negociação do Campo da Fiandeira com a Direcção Geral do Património para a Junta de freguesia de Mira de Aire e ainda o espaço envolvente à Igreja de Mira de Aire. Referiu ainda que esta é a ultima prorrogação possível para aqueles espaços.
Artur José dos Santos Vieira (PS – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire): Usando da palavra, disse congratular-se com a prorrogação do prazo das medidas preventivas para estas áreas de Mira de Aire, proposto pela Câmara. Perguntou depois, se o PDM não for aprovado dentro deste prazo de prorrogação, aual será o futuro destas áreas

António Manuel de Sousa Pires (PSD): Sobre este assunto, disse já ter tido oportunidade de contro votar favoravelmente noutra altura, fazendo o mesmo agora. Continuando, disse esperar nunca ve naquele local investimentos imobiliários.
O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que o que está previsto para aquele local são equipamentos. Quanto às medidas preventivas, disse serem restrições, impedindo que ali se possa construir e assim impedindo a especulação imobiliária.
Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos submetido o votação, tendo o mesmo sido <i>aprovado por unanimidade</i> .
6. Anulação do procedimento de correcção do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós;
O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer esta situação, dizendo que o assunto se prende com a construção da VDG1 que foi construída em desconformidade com o Plano de Pormenor da Várzea. Impunha-se então que se corrigisse o Plano de Pormenor e foi isso que se fez, dando conhecimento à Assembleia Municipal. Tendo o processo ido para a CCDR-C esta entende, que, uma vez que há construção a mais, isso não passará por uma simple: correcção, mas sim por uma alteração ao Plano de Pormenor, sendo que a sua tramitação que seja submetida a inquérito publico, esperando que em Setembro aqui venha a aprovação da alterações
O senhor Presidente da Assembleia questionou a Câmara sobre o que pensa fazer acerca da casa que se encontra na entrada sul da vila de Porto de Mós, junto da Ponte Vidal, que se encontra praticamente em ruínas e que constitui um obstáculo a qualquer coisa que se queiro fazer
O senhor Presidente da Câmara respondeu que o negócio esteve praticamente feito mas o proprietário recuou.
7. Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal a ampliação da área da pedreira n.º 5700 denominada de "Cabeça Gorda n.º6", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso pela empresa Alfilpedra, Sociedade de Extracção e Transformação de Pedra, Lda. e 8. Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal a ampliação da área da pedreira n.º 582 denominada de "Cabeça Gorda n.º7", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Manuel Anastácio, Lda .;
Fez referencia ao facto de nos pontos 7 e 8 da ordem de trabalhos se estar a requere interesse publico municipal e no ponto 9 se estar a pedir interesse municipal, achando que neste ponto 9 estará patente com mais relevância o interesse publico municipal que nos anteriores pedindo assim a alteração dos pontos 7 e 8 para apenas interesse municipal e do ponto 9 para interesse publico municipal.
O senhor Presidente da Assembleia disse que ao retirar-se a palavra "publico" dos pontos 7 e 8 e a acrescentar-se no ponto 9, se estará a alterar a ordem de trabalhos,

O senhor Presidente da Assembleia pediu ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse a diferença entre interesse publico municipal e interesse municipal
O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, referindo que, e atendendo à actual conjuntura sócio-económica, perder nem que seja um único posto de trabalhos é muito mau, e propondo-se fazer o necessário para o impedir
Continuou dizendo que será suficiente a denominação interesse municipal, pois a CCDF aceitá-la-á
Não havendo mais intervenções foi o ponto 7 da ordem de trabalhos - Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal da ampliação da área da pedreira n.º 5700 denominado de "Cabeça Gorda n.º6", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Alfilpedra Sociedade de Extracção e Transformação de Pedra, Lda posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade
Seguidamente foi submetido a votação o ponto 8 da Ordem de Trabalhos – Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal a ampliação da área da pedreira n.º 5821 denominada de "Cabeça Gorda n.º7", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Manuel Anastácio Lda . – tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade
9. Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal de natureza educacional, ambiental turística entre outras de um projecto de um centro de interpretação apícola a instalar em Alvados por João Manuel da Silva Bernardes:
O senhor Presidente da Câmara disse tratar-se de um projecto que se enquadra no pedido que está a ser solicitado

<i>Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):</i> Felicitou o requerente pela iniciativa, que disse, ser de louvar
O senhor Presidente da Câmara disse que não há necessidade de se acrescentar "publico" a este ponto da ordem de trabalhos, porque será suficiente a declaração de interesse municipal para que o processo possa andar.
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que se o projecto não corre nenhum risco, sendo aprovado o que foi solicitado, não vale a pena estar a abrir precedentes que futuramente poderão ser invocados
Então o senhor Presidente da Assembleia disse que iria pôr a votação o facto de se acrescentar a palavra publico neste ponto da ordem de trabalhos.
O senhor Presidente da Câmara pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia para perguntar ao proponente, que estava presente na sala, se teria para ele algum interesse em que se acrescentasse a palavra público. O senhor Presidente da Assembleia disse que não poderia autorizar e que o proponente apenas poderia falar enquanto, publico, ou seja, no final da sessão
O senhor Presidente da Câmara, referiu que se a Assembleia autorizar, ele pode dizer se tem interesse no "publico municipal"
<i>Virgilio Vieira Casimiro (PSD):</i> Pediu a palavra para dizer ser fundamental que se ouça o proponente
O senhor Presidente da Assembleia disse que se a Assembleia autorizar, ele dará a palavra ao interessado, passando a pôr a votação a seguinte pergunta quem se opõe a que o promotor se pronuncie sobre este assunto e tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção e dois votos contra.
António Manuel de Sousa Pires (PSD) pediu para fazer uma declaração de voto, ao que o senhor Presidente da Assembleia anuiu, não sem antes dizer que sabe e tem consciência de que está a infringir o Regimento mas a Assembleia é sempre soberana
António Pires Passou a declarar então que votou contra, porque há três meses havia publico

ainda por cima de interesse publico enquanto que agora o que está em causa é o interesse de um privado
O senhor Presidente da Assembleia novamente se dirigiu ao deputado municipal, António José Meneses Teixeira, perguntando-lhe se ele insiste em querer que seja reconhecido ao projecto apresentado interesse publico municipal, ao que aquele respondeu que sim
Assim e face à votação da Assembleia Municipal, que decidiu por maioria dar a palavra ac proponente do projecto presente na sala, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu-lhe c palavra, alertando no entanto que isto não irá servir como precedente para situações futuras
Assim usou da palavra o senhor João Manuel da Silva Bernardes que passou a dizer que pôs este requerimento à Câmara para saber da importância que o Munícipio dava a esse projecto Disse que para si tem muita importância, que quer pôr o projecto a andar e que não quer pedir já c interesse público municipal.
Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade
Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade 10. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro
Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade
Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade 10. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro
Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes - tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade

envolvente à Igreja de Mira de Aire. Quanto ao PDM disse que continua em revisão, tendo sido adjudicadas as alterações decorrentes da legislação, às empresas projectistas. Está a avançar também o Plano de Salvaguarda de S. Jorge com a respectiva avaliação ambiental estratégica
Continuou dizendo que se está a acompanhar a implementação do IC9 na zona da Fonte do Oleiro/Fonte dos Marcos, não havendo ainda uma resposta concreta sobre esta questão e manifestando a sua preocupação acerca desse assunto.
Continuou depois informando a Assembleia acerca das actividades desenvolvidas nas diferentes área de acordo com o documento distribuído
Pedro Vieira (PS): Usando da palavra, questionou o executivo acerca de uma possível pintura no pavilhão gimnodesportivo de Mira de Aire, referindo que com pouco dinheiro, se melhorara substancialmente a imagem daquele edifício. Questionou ainda sobre se os bens móveis da Câmara estão catalogados ou não pois existe um andaime dentro do pavilhão há cerca de três meses, que foi usado para colocar o novo marcador electrónico e nunca foi retirado, num sitio onde todos os dias vão crianças
Fez depois menção àquilo que foi dito por Ana Narciso acerca da criação dos e-mails, e atendendo ao conhecimento que tem do assunto, por ser licenciado em engenharia informática, que isso não será muito viável
Referiu-se depois à máquina de limpeza das ruas da vila, apelando a que pelo menos uma vez por mês passasse pelas ruas principais das freguesias
Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD): Abordou a questão do PDM e perguntou para quando a conclusão da sua revisão
SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 2010 100

crianças dado que todas as outras salas de Porto de Mós estão super lotadas. Perguntou depois pela rede de transportes
Referiu ainda a Semana da Educação que correu muito bem, assim como as hortas biológicas, parabenizando a senhora Vereadora da Educação
O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para referir a reunião com as Estradas de Portugal e que o deputado António Pires comentou, dizendo que efectivamente a solução que apresentaram à empresa mereceu atenção, sendo que é uma solução que ia de encontro aos anseios da população, lamentando que ainda não tenha sido dada resposta. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara apelou que também ele fizesse alguma pressão nesse sentido
Respondendo a Pedro Vieira (PS) , disse que uma intervenção do Pavilhão de Mira de Aire é uma obra necessária assim como no Pavilhão de Porto de Mós e no Cine-Teatro, havendo um orçamento já pedido que ronda os trinta mil euros
No que se refere ao andaime, disse desconhecer que ele lá se encontrava e que será rapidamente removido.
Agradeceu depois a achega que deu relativamente à criação dos <i>e-mails</i> pessoais para os deputados
A Rui Marto disse que, quanto à limpeza dos caminhos, tem havido sempre por parte da Câmara colaboração com as Juntas de freguesia
Ao senhor Presidente da Assembleia disse que iria desenvolver todos os esforços no sentido de rapidamente se ver resolvida aquela situação
PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PUBLICO
<i>Telmo Manuel da Conceição:</i> Disse querer alertar para três situações; 1º O senhor Presidente da Assembleia informou que está prevista uma conferencia dia 6 de Agosto, com a temática 1383/1385, alusiva à Batalha de Aljubarrota, alertando que terá que haver uma forte divulgação,

porque as escolas estão fechadas e trata-se de um período de ferias por excelência, sendo frustrante e indelicado os palestrantes depois de fazerem o esforço de preparação estarem a falar para meia dúzia de pessoas
Alertou depois que uma das quatro pessoas que foram aqui designadas na ultima sessão para integrarem a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens, tem algo que o deixou preocupado
Outra questão são as entradas da vila de Porto de Mós, referindo que a entrada por Rio Alcaide não tem sequer passeios.
O senhor Presidente da Assembleia disse depois a este elemento do publico, que devia contacta a senhora Vereadora do Pelouro, a fim de lhe manifestar a sua preocupação relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:
Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações Contratação de empréstimo bancário de longo prazo no montante de €1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil euros), destinado ao financiamento de obras inscritas no PPI; Modificações Orçamentais – 1.º revisão às Grandes Opções do Plano 2010; Modificações Orçamentais – 1.º revisão ao Orçamento de 2010; 5. Prorrogação do prazo das medidas preventivas da Vila de Mira de Aire; Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal a ampliação da área da pedreira n.º 5700 denominada de "Cabeça Gorda n.º6", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Alfilpedra, Sociedade de Extracção e Transformação de Pedra, Lda.; Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal a ampliação da área da pedreira n.º 5821 denominada de "Cabeça Gorda n.º7", sita em Codaçal, freguesia Serro Ventoso, pela empresa Manuel Anastácio, Lda.; Pedido de Reconhecimento de Interesse Municipal de natureza educacional, ambiental, turística entre outras de um projecto de um centro de interpretação apícola a instalar em Alvados, por João Manuel da Silva Bernardes tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade.
O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.00 do dia 26 de Junho e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo